



PROSTITUIÇÃO - UM ENFOQUE POLÍTICO-SOCIAL

Genival Veloso de França ^(*)

Fecha de publicación: 01/07/2012

A história da prostituição perdeu-se na poeira do tempo, porque ela é tão antiga quanto a história da própria humanidade. Nenhuma civilização escapou da sua convivência. Nenhum berço foi respeitado — nem nas cabanas dos pastores nem nos palácios mais opulentos.

Houve heroínas solitárias, rainhas e plebeias, mártires anônimas, carentes de amor da fria noite sem destino e sem redenção, e dramáticos seres naufragados na luta desesperada pelo direito à vida e à paixão. Lâmia, que amargou o abandono de Ptolomeu e depois de Demetrius Poliocertes; Frinéia, que inspirou Praxíteles na escultura da Vênus de Cnide e nua convenceu os velhos juízes na austeridade do Fórum; Laís, que incentivou Diógenes a sair com a lâmpada na mão procurando um homem honesto; Aspásia que amou Péricles; e Maria Madalena que foi santa depois de amada e perdoada por Jesus, ajudando-o a entender as nossas fraquezas.

Santo Agostinho admitiu a prostituição como um mal necessário; Carlos Magno baixou um édito em seu favor; e São Luís permitiu que ela servisse aos soldados, três vezes sacramentados, e caminhasse na esteira do exército das Cruzadas que marchou com a cruz de Cristo para libertar o Santo Sepulcro.

Grande foi a sua influência, mesmo na civilização ocidental-cristã. Converteu-se numa verdadeira instituição — aplaudida, cortejada e disputando prestígio no *grand monde* — quase familiar, a conduzir nos primeiros passos os atuais “cidadãos acima de qualquer suspeita”.

^(*) Membro da Academia Nacional de Medicina Legal. Consejero de Derecho y Cambio Social.
gvfranca@uol.com.br

Muitos, por força de mandato, vão julgar a prostituição e sofrer quando souberem que ela, mesmo sendo aflição de alguns, é um problema de todos. E vão convencer-se de que, desde o reparo dos moralistas às teses dos sociólogos, tem sido o meretrício um assunto esgotado, não obstante nada se ter feito até agora. O erro foi transformar a prostituta num “fenômeno” antes de entendê-la como ser humano.

Os velhos prostíbulos começam a morrer, derrotados pelas ideias e pela contracepção. Seu prestígio quase oficial e suas noites alegres, com cidadãos tão ilustres e tão respeitados, agonizam como muitas de suas vítimas, à luz trêmula e mortiça de uma vela, como a iluminar um caminho obscuro e incerto. Surge uma nova forma de prostituição: a semiprostituição ambulante.

A saga dessa corporação milenar é a mesma de todas as histórias humanas, nas quais não faltam mártires e heróis, celebridades e mulheres anônimas que tiveram de inventar um nome para não serem esquecidas. O verdadeiro nome que as distinguiu desvaneceu-se num modo de vida em que tudo se confunde, mistura-se e iguala-se, e não se tem mais o que fazer da vaidade.

Não sabemos se há coragem em alguém para julgar esses vultos fugidios que começam a chegar, como por encanto, com as primeiras luzes da cidade, buscando nas ruas e logradouros o solitário passageiro da noite. Não sabemos se alguém, como um deus vingativo, será capaz de restringir-lhes um resto de liberdade, uma maneira ilusória e desesperada de vida, tornando assim mais desgraçada a sua desgraça. A miséria que elas carregam, a mais profunda e terrível, não nasceu de seus corações. Vem do mundo. Do mundo de hoje, ameaçado permanentemente de submergir na insensibilidade e no desespero. Do mundo que perdeu a coragem de se salvar.

Hoje, a prostituição mudou de fisionomia — é menos barulhenta e mais fria, golpeada que foi quase mortalmente pelo vendaval das novas ideias, das “pílulas” e da AIDS. Os *bas-fonds*, como instituição de regras e condutas, agonizam nas mãos dos moteis cinco estrelas e na liberdade que já não encontra a mesma intolerância e os mesmos preconceitos. Os faustosos “cabarés” de outrora, com suas “*salles de pas*” de mesas com tampo de mármore e mulheres perfumadas e bem-vestidas, onde se trabalhava seriamente o tango no traço do violino, não existem mais, acabou. O que resta está nas ruas: a imagem do desespero e da solidão. Um contingente de seres perdidos, confusos e ameaçados pelo inimigo

biológico mais cruel e dramático, capaz de tanta perplexidade e inquietação — a AIDS, esse flagelo do século. Ou, por um exército infantojuvenil que se socorre dos últimos estertores, tentando ressuscitar essa universal confraria.

O termo prostituição deriva do latim *prosto*, que quer dizer estar às vistas, à espera de quem chegar ou estar exposto ao olhar público. Define-se como a prática sexual remunerada, habitual e promíscua, ou como disse Jimenez de Asua, “no exercício público da entrega carnal indistinta, por preço, como meio de viver uma pessoa”. Indiferente é o sexo das pessoas envolvidas. No entanto, vamos tratar só da prostituição feminina, pela sua incidência e pela sua tradição.

A prostituição, em si, não constitui crime capitulado em nosso diploma penal específico, como também não qualifica ilícito penal de qualquer espécie o simples fato de manter o indivíduo relação sexual nessas condições, mas cria inevitavelmente um conjunto de circunstâncias em seu redor capaz de favorecer a criminalidade, cujo objeto jurídico protegido é a chamada moralidade pública sexual. Por isso, a norma penal não se afasta do seu preceito sancionatório quando recrimina a mediação da lascívia de outrem, o favorecimento e a manutenção das casas de prostituição, o rufianismo e o tráfico de mulheres. Desse modo, o que se sanciona, efetivamente, é o *lenocínio*, o qual se entende como um elenco de procedimentos, lucrativos ou não, que induz, alicia, favorece, mantém, tira proveito ou impede que alguém abandone a prostituição.

Mesmo considerando-se uma série de situações que cerca a prostituição, jamais se poderia pensar considerá-la como crime. O que se pode é lamentar e denunciá-la como “um mal desnecessário”, pedindo um ajuste de contas com a sociedade, pois a prostituição não é outra coisa senão o resultado da miséria, da iniquidade e da injustiça social. Cabe também, aqui, *mea culpa* universal.

Qualquer medida de polícia, que não seja a da proteção, em qualquer lugar que se usou, foi sempre um desastre, um remédio infeliz e injusto. Um desastre porque essa medida sempre se mostrou como falsa garantia à sociedade e favoreceu o preconceito e a discriminação. Infeliz porque, malgrado qualquer esforço dos moralistas, isso não ajudou em nada a sua erradicação. E injusta porque, sendo a prostituição uma parceria, atinge sempre a parte mais fraca, a vítima, a que necessita de maior amparo e compreensão.

Causas

Qualquer que seja o enfoque que se dê à prostituição, tem ela sempre duas causas essenciais: uma, mais rara, de origem biológica ou patológica, fruto da deficiência mental ou sintomática de certas anomalias eróticas ou de personalidades psicopáticas ou anormais, que Afrânio Peixoto chamou de “prostituição por índole” e que se poderia denominar também de verdadeira vocação prostitucional; e outra, muito mais frequente, de origem social e econômica, alimentada pela desigualdade entre os sexos, pelo egoísmo da sociedade injusta e preconceituosa, que empurra as mães solteiras e as meninas “perdidas” às portas largas do meretrício, que se fecham quase sempre a uma reintegração e a uma redenção.

Quanto às primeiras, ninguém nega o distúrbio mental como fomentador da prostituição. Benhofer, Kraepelin, Beretervide e Rosemblat chamaram sempre a atenção para esse quadro que, quando não contornado corretamente, favorece o fatalismo cruel da “vida fácil”, como alguém chamou de maneira tão irônica.

No entanto, o grosso da prostituição, como disse Hélio Gomes, vem da pobreza geral, da miséria proletária, da promiscuidade das habitações coletivas, da falta de educação profissional e de trabalho honesto, dos lares desfeitos e defeituosos, do alcoolismo paterno, da infância desarrimada, “tudo isso porque é miséria ou consequência da miséria a verdadeira causa da prostituição”. Desvirginadas muito cedo, antes mesmo da menarca, são varridas de casa pelos pais intolerantes e arbitrários. Aliam-se às más companhias. São ultrajadas pelos patrões sem escrúpulos e pelos chefes que exploram sua dependência. Despreparadas para a vida lá fora, encontram muitas vezes a acolhida dos lupanares que respeitam o anonimato e não lhes pedem qualificação, a não ser a dos seus dotes físicos. Dado o primeiro tropeço, “caem na vida” e o mundo da prostituição está à sua espera.

Atitudes do Estado

Em geral, o Estado, diante da prostituição, tem quatro atitudes: regulamentação, abolição com algumas medidas, proibição e indiferença.

Muitos têm defendido a regulamentação do meretrício, com o cadastramento das mulheres nas repartições policiais e de saúde pública, com a exigência de exames periódicos obrigatórios e da posse de uma “carteira de saúde”, para ser exibida nas fiscalizações e aos “clientes”. Uns acham que a medida é salutar pelo seu valor profilático e controlador.

Outros consideram o método injusto, nocivo e inócuo porque não atinge ao próprio interesse defendido, estigmatizando mais ainda a sua condição de vítima, não visando às clandestinas e mostrando-se de reduzido poder profilático.

Os que defendem a medida abolicionista — que não adota a regulamentação, deixam as mulheres à sua própria sorte, exploradas pelos rufiões e proxenetas. Apenas, oferecem meios de profilaxia às doenças e de higiene, assistência médica em postos circunvizinhos e educação sanitária facultativa a quem quiser se prevenir e defender-se.

Outros advogam a ideia da proibição, na iludida pretensão de acabar com a prostituição, definindo-a como crime e castigando suas vítimas com severas penas. Cesare Lombroso tem sido apontado como patrono e apologista dessa absurda proposta, pelo fato de ele equiparar a meretriz ao delinquente, ao dizer que elas apresentam os mesmos caracteres físicos e morais do criminoso. Mesmo que ele não considerasse a prostituição como crime. Hoje, essa proposta de solução não encontra guarida nem mesmo entre os radicais defensores da moralidade e os mais exigentes disciplinadores de condutas.

E, finalmente, há aqueles que se mostram indiferentes ao problema, sem considerá-lo como infração, sem uma proposta de recuperação das vítimas da prostituição e sem nenhuma medida de caráter sanitário. Fingem desconhecer o problema e, quando muito, consideram um fenômeno social incontornável, crônico e inexorável, cabendo a cada um decidir pelo que melhor lhe convém. Aparentemente liberal, essa medida é tão perversa e cínica quanto algumas das já citadas. A melhor medida será sempre aquela em que a sociedade se organiza, com os meios que o Estado deve oferecer, no sentido da prevenção e do tratamento recuperador, sem nenhum ranço de moralidade, restituindo a dignidade das vítimas da prostituição e resgatando o débito que se tem com elas.

Tratamento e prevenção

Não resta dúvida de que a melhor forma de contornar o problema da prostituição é atacando conscientemente as suas causas. Se é de origem biológica ou psíquica, a melhor medida será recuperando-se os seus males, por meio da terapêutica ambulatorial e da sua reintegração à família, dando-lhes condições de uma vida melhor e de um trabalho capaz de reconciliar seu passado com o convívio das outras pessoas. As de causas econômico-sociais, golpeando-se seriamente os fatores de pressão que

favorecem o meretrício, reeducando-as numa nova direção, capacitando-as para uma forma correta de sobrevivência, por meio das políticas sociais que merecem todas as pessoas.

Não serão pelas propostas moralistas e pelos castigos desumanos e degradantes que se atingirá tal recuperação. Mas, sim, criando condições de moradia decente, de trabalho condigno, de educação permanente, de condições de lazer, de assistência médica primária à saúde, de transporte e saneamento básico. Por meio de uma política de reforma agrária, capaz de frear o êxodo rural que engrossa a miséria urbana, da divisão equitativa da renda, da luta contra o preconceito e a discriminação, e do respeito às pessoas no seu direito de cidadania. Os povos socialistas, mesmo vivendo dias tão difíceis e qualquer que seja o conceito que se tenha do seu *modus vivendi*, dão exemplos de que é possível contornar tão grave problema social, pois fora dessas considerações qualquer tentativa será sempre um paliativo.

A família bem estruturada, a segurança no trabalho, as necessidades primárias satisfeitas, a educação escolar como meta fundamental, um plano habitacional condizente com a dignidade humana, a valorização do homem e da mulher como elementos primordiais da sociedade, a luta contra as doenças evitáveis e curáveis, a segurança pública estabelecida e o amparo e a proteção à infância são fatores que podem provar que a prostituição é um mal desnecessário, porque é o resultado da iniquidade e da injustiça social, e que, numa sociedade organizada e politicamente consciente, é possível refazer todo esse caminho minado de horrores e de desigualdades.